

14 NOV 1997

GAZETA MERCANTIL

Planalto não admite desvio da meta fiscal

Fernando Dantas e
Rodrigo Mesquita
de Brasília e do Rio

Os R\$ 20 bilhões do pacote fiscal do governo brasileiro não são apenas uma declaração de intenções. A garantia é dada pelo ministro-chefe da Casa Civil, Clóvis Carvalho. Apesar da ressalva de que "o governo não está cogitando no momento de adotar nenhuma outra medida", Carvalho deixa claro que qualquer frustração da meta de R\$ 20 bilhões levará a novas iniciativas de ajuste fiscal.

O ministro descarta categoricamente que o Brasil tenha procurado o Fundo Monetário Internacional (FMI) para tentar negociar um programa de suporte. "Isso não é necessário", diz Carvalho. Esta posição é confirmada, exatamente nas mesmas palavras, pelo ministro do Planejamento, Antônio Kandir.

Uma terceira fonte de alto escalão do governo, porém, garante (Cont. A-5)

Planalto não admite desvio da meta fiscal

Fernando Dantas e

Rodrigo Mesquita

de Brasília e do Rio

(Continuação da Página A-1)



Everardo Maciel

que uma negociação com o FMI poderia entrar em pauta, se o Brasil precisasse: "O nosso objetivo principal é afastar toda a pressão especulativa do real; hoje eu não sinto necessidade do FMI, mas é óbvio que não descartamos qualquer instrumento".

Depois de vários dias de turbulência nos mercados, a cúpula do governo tentava dar mostras de confiança ontem, embalada por um comportamento melhor das bolsas e do câmbio. A reafirmação da meta dos R\$ 20 bilhões e a dispensa, no momento, da ajuda do FMI compunham este cenário.

Até o fato de se deixar em aberto a possibilidade futura de negociações com o Fundo, de certa for-

ma, é coerente com a mesma mensagem: o ataque ao real nas últimas semanas foi absolutamente sem precedentes, e gravíssimo, mas o governo garante estar em plenas condições de manter o regime cambial brasileiro. E diz

que não poupará nenhum esforço, nem terá qualquer limite político, na perseguição daquele objetivo.

Na área tributária, o secretário da Receita Federal, Everardo Maciel, terminou na noite de ontem o detalhamento das medidas tributárias do pacote. Este detalhamento, segundo uma alta fonte da Receita, não inclui a substituição do aumento da alíquota do Imposto de Renda da Pessoa Física (IRPF) pelo aumento da Contribuição Provisória sobre a Movimentação Financeira (CPMF). "Trabalhamos tendo como parâmetro o que foi anunciado e o teto de R\$ 3 bilhões que cabem ao fisco no total de R\$ 20 bilhões de economia", disse a fonte. Carvalho também assegurou que o governo mantém a intenção de enviar ao Congresso uma Medida Provisória (MP) com o aumento de 10% no IRPF devi-

do, conforme proposto inicialmente no pacote.

Não deve haver grandes surpresas na parte do pacote relativa aos impostos federais. No máximo, ela poderia incluir uma redifinição de tarifas para compensar eventuais reduções, como no caso do adicional de 10% no IRPF. Se o presidente Fernando Henrique Cardoso aprovar as medidas, elas podem ser anunciadas ainda hoje.

A questão da forte desaceleração da economia, pela conjunção do arrocho de juros com o pacote fiscal, é tratada de forma menos clara pelo governo. Kandir diz que não teria sentido provocar uma forte recessão, pois a queda

da arrecadação atrapalharia o ganho fiscal. Ele e Carvalho observam ainda que incentivos à atividade econômica como um ambicioso programa de estímulo às exportações (que pode ser oficialmente divulgado pelo presidente Fernando Henrique Cardoso na

próxima semana) vão evitar a recessão.

Entre os analistas de fora do governo, ambos os argumentos são vistos com ceticismo. É verdade que uma recessão reduziria o ajuste fiscal do pacote, mas é exatamente isto que se prevê que aconteça efetivamente. Só não preocupa muito, dizem aqueles analistas, porque o verdadeiro objetivo do pacote é provocar uma

forte redução do déficit em conta corrente através de uma vigorosa freiada na atividade econômica. O resultado fiscal, neste contexto, seria menos importante do que o efeito na balança comercial.

O programa de exportações mencionado por Carvalho tem como meta dobrar as exportações brasileiras (atualmente em um patamar anual um pouco acima de US\$ 50 bilhões) até o ano 2.002. É um conjunto de dezesse- te medidas, com ênfase em áreas como acesso a novos mercados, enfrentamento de restrições às exportações brasileiras, melho- ria de logística e promoção co- mercial. Na questão das restri- ções americanas aos produtos si- derúrgicos brasileiros, sinaliza Carvalho, o governo deve endu- recer: "Vamos assumir uma pos- tura de interlocutor à altura".

Kandir não vê sentido em se provocar forte recessão: ela anularia o ganho fiscal